

**CARTA ANUAL DE
POLÍTICAS
PÚBLICAS E
GOVERNANÇA
CORPORATIVA
2018**

20

f

Mensagem do Conselho de Administração

Os portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus fecharam o ano com 11,1 milhões 146 mil toneladas movimentadas. Apesar de a movimentação ser inferior à de 2017 (11 milhões 860 mil toneladas), foi maior quando comparada aos resultados de 2015 e 2016, inclusive marcando novo recorde na movimentação de contêineres. É o terceiro melhor resultado alcançado pela CODEBA em toda sua história.

Outro aspecto positivo é a obtenção, pela segunda vez consecutiva, da Certificação do Indicador de Governança (IG-SEST) Nível 2. O IG-SEST foi desenvolvido pela SEST com objetivo de avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos na Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303, de 30/06/16). Tais requisitos buscam implementar as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa nas Empresas Estatais.

Nesse contexto, e buscando realizar suas ações sempre em consonância com o marco legal, a CODEBA aprovou os seguintes documentos: o Regulamento da Política de Conformidade e Gestão de Riscos; o Regulamento de Licitações e Contratos da CODEBA; a Política de Transações com Partes Relacionadas; a Política de Divulgação de Informações e a Política de Distribuição de Dividendos. Essas ações refletem o objetivo da Companhia em garantir maior transparência da gestão e aprimoramento das diretrizes de governança, conformidade, gestão de riscos e de controles internos.

Na persecução dos seus objetivos de políticas públicas, a CODEBA protocolou na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) um requerimento nos termos da Portaria MTPA nº 574/2018, visando a delegação de competência para realizar as seguintes ações: I - a elaboração do edital e a realização de procedimentos licitatórios para arrendamento de instalações portuárias localizadas nos portos organizados; II - a celebração e a gestão de contratos de arrendamento de instalações portuárias localizadas nos portos organizados; e III - a fiscalização da execução de contratos de arrendamento de instalações portuárias.

Outras ações no período fortaleceram o modelo de gestão e de governança da Companhia, tornando-o mais eficiente, transparente e alinhado aos seus valores. Destacam-se a revisão



do Estatuto Social da Companhia, as aprovações do Planejamento Estratégico 2019-2023 e do Plano de Negócios para o ano de 2019.

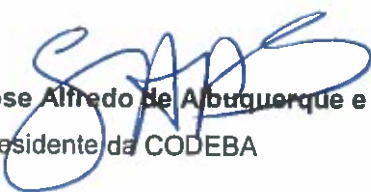
Nesse contexto, para o ano de 2019, a CODEBA continuará fortalecendo os mecanismos de governança e de eficácia da gestão, pautando suas ações sempre na proteção do interesse público, nas melhores práticas de mercado e em temas relevantes para o crescimento da Companhia.

Assim, em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018.



Flavia Moraes Lopes Takafashi

Presidente do Conselho de Administração da CODEBA



Jose Alfredo de Albuquerque e Silva

Presidente da CODEBA

Data de divulgação: julho 2019



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I, III e VIII, da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, com o artigo 13º, incisos I, III e VIII, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ/MF 14.372.148/0001-61	NIRE 29300003832
Sede: Av. da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cayru, Comércio, CEP 40.010-000 Salvador - Bahia. Telefones: (71) 3320-1212/(71) 3320-1232.	
Tipo de estatal: Empresa pública	
Acionista controlador: União Federal	
Tipo societário: sociedade por ações	
Tipo de capital: capital fechado	
Abrangência de atuação: Nacional e Internacional	
Setor de Atuação: Administração da Infraestrutura, Exploração e Gestão Portuária.	

Diretor de Gestão	Alex Sandro de Avila, telefone: (71) 3320-1234
Administrativa e Financeira:	e-mail: alex.avila @codeba.com.br
Auditor independentes:	AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES, e-mail: audimec@audimec.com.br , telefone: (81) 3338-3525 – Responsável Técnico: Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira – Contrato 20/2018: Início: 24/09/2018 A 24/10/2020

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	
Flavia Moraes Lopes Takafashi	CPF: 649.254.041-72
Pedro José Galvão Nonato Alves	CPF: 037.678.175-00
Patrícia Brito de Ávila	CPF: 580.147.485-49
Osvaldo Campos Magalhães	CPF: 167.428.855-72


Tania Regina Gomes dos Santos	CPF: 140.560.705-04
Cicero de Andrade Rocha Filho	CPF: 337.853.255-68
Cleidemário Luiz de Souza	CPF: 359.026.041-68

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa :	
Jose Alfredo de Albuquerque e Silva	CPF: 326.498.600-06 Diretor-Presidente
Alex Sandro de Ávila	CPF: 066.479.349-52 Diretor de Gestão Administrativa e Financeira
Carlos Autran de Oliveira Amaral	CPF: 259.177.737-34 Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária
Fábio Luiz Lima de Freitas	CPF: 791.516.475-91 Diretor de Gestão Comercial e Desenvolvimento

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 277.553.624 está dividido em 41.449.949.485 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrativo a seguir:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Ordinárias	21.277.791.876	21.277.791.876
Preferenciais	20.172.157.609	20.172.157.609

Esse montante foi o mesmo aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária para o exercício de 2015, sendo a União Federal a acionista majoritária, com 98,36% das ações e o Governo do Estado da Bahia com 1,64%. 



POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Interesse público subjacente às atividades empresariais:

A Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA foi constituída através da Sessão Pública realizada com a Assembleia Geral dos Acionistas em 17 de fevereiro de 1977, cuja Ata de Constituição foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 16 de março 1977, passando a se tornar uma sociedade de economia mista por ações, incorporando, a partir desta data os portos de Salvador, Ilhéus e Aratu-Candeias, todos até então com autonomia própria, mas, sob fiscalização e orientação dos órgãos do Governo Federal, na época, Ministério dos Transportes.

Em 18 de junho de 2018, na reunião extraordinária da Assembleia Geral ocorreu a alteração do art. 1º do Estatuto Social, substituindo a natureza jurídica da CODEBA de sociedade de economia mista para empresa pública, conforme prevê o art. 91 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e revisão das disposições do Estatuto Social, relacionadas a essa alteração.

A CODEBA tem por objetivo social, exercer as funções de Autoridade Portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Bahia, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Ministério de Infraestrutura.

A CODEBA disponibiliza ao setor privado infraestrutura para a execução dos serviços concernentes às atividades de logística, no modal terrestre e marítimo, tais como arrendamento de áreas no porto organizado, atracação de navios, movimentação de carga, armazenagem, sistema de transporte interno entre outras atividades.

O aspecto econômico é um dos interesses subjacentes às atividades exercidas pela Autoridade Portuária. A CODEBA possui papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia, tendo em vista o impacto que a atividade portuária tem na economia local. Nesse contexto, há o reflexo e o destaque que os portos possuem no desenvolvimento do país e na sua importância para o comércio externo e na economia nacional.

Outro aspecto atrelado às políticas é o social. Nesse aspecto as atividades exercidas pela Companhia tem o objetivo de promover a concorrência no setor portuário local, permitindo a

formação de preços mais baixos e o atendimento de clientes de menor porte, não abrangidos pelos Terminais de Uso Privativos. A razão de ser da CODEBA está baseada na possibilidade de extrair do patrimônio público (instalações portuárias), por ela administrado, o uso mais benéfico para toda a sociedade.

Tal como todas as demais empresas estatais, a CODEBA está submetida ao que determina a Lei 13.303/2016, denominada "Lei das Estatais".

2. Políticas públicas:

2.1 Instrumentos de Planejamento

A Portaria SEP/PR nº 03/2014, estabelece as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário - PNLP, Planos Mestres, PDZ e PGO.

Uma nova versão do PNLP está prevista para ser publicada em 2019, sendo que até lá será realizado o processo de monitoramento anual da evolução do setor portuário com relação às ações e aos objetivos estratégicos propostos no PNLP – 2015, disponível para consulta em <http://www.transportes.gov.br>.

O PDZ dos Portos de Salvador e Aratu-Candeias encontram-se aprovados e disponíveis para consulta no sítio eletrônico da CODEBA (<http://www.codeba.com.br>). O PDZ do Porto de Ilhéus está em análise pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

Além desses instrumentos, a CODEBA conta com o Planejamento Estratégico 2019-2023 e o Plano de Negócios 2019, aprovados.

2.2. Papel da Codeba no desenvolvimento econômico e social do Estado

O objetivo social da Codeba é representado por meio de sua Missão. Conforme apresentado em seu Planejamento Estratégico 2019-2023, a missão da CODEBA é prover infraestrutura, fiscalizar e garantir a efetividade das operações e serviços portuários nos portos públicos no Estado da Bahia.

Possui como valores estabelecidos a ética e transparência, respeito à legislação, valorização do capital humano, compromisso social e ambiental e inovação. Tem como visão ser, até 2023, a maior Companhia Portuária Pública em movimentação de cargas do Nordeste, sendo referência em gestão, fomentadora da expansão Econômica e Social do Estado da Bahia, através de medidas de otimização dos resultados financeiros e operacionais, melhorias da comunicação interna e externa, adequação da capacidade instalada, aumento da eficiência, entre outras medidas que serão explicitadas nesta Carta.

Nesse contexto, a CODEBA possui papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia, exercendo sua função de Autoridade Portuária sempre atrelada ao interesse público, de forma a apoiar as seguintes políticas públicas:

- Desenvolvimento do Turismo local através de seu Terminal Marítimo de Passageiros;
- Fortalecimento do Desenvolvimento do Estado na cadeia produtiva de Químicos e Petroquímicos;
- Desenvolvimento econômico do Estado, contribuindo para o crescimento da economia e elevação da capacidade produtiva do Estado.

A seguir estão apresentadas as ações iniciadas, em desenvolvimento ou concluídas em 2018, pela CODEBA, em atendimento às políticas públicas:

ÁREA DE INTERESSE	PROJETO	STATUS
COMERCIAL E NOVOS NEGÓCIOS	Arrendamento do terminal de granéis sólidos do Porto de Aratu-Candeias (ATU12), incluindo o pátio de minérios, a instalação ocupada pela arrendatária Paranapanema, bem como os berços sul e norte do TGS I e o berço do TGS II	EVTEA elaborado pela empresa interessada e em análise pela CODEBA.
	Arrendamento de área no Porto de Aratu-Candeias para movimentação anual de aproximadamente 20 milhões de minério de ferro (ATU12A).	A empresa interessada solicitou e está aguardando autorização do poder concedente para elaboração de EVTEA.
	Regularização dos contratos de arrendamentos que estão mantidos sob liminares da justiça.	Aguardando autorização do poder concedente para celebração de contrato de transição nos termos da Resolução Normativa da ANTAQ nº 7/2016, até que seja realizada a licitação. Apenas o da Intermatítima já foi autorizado, pendente apenas da celebração do contrato de transição.
	Obtenção da delegação de competência para realizar as seguintes ações: I - a elaboração do edital e a realização de procedimentos licitatórios para arrendamento de instalações portuárias localizadas nos portos organizados; II - a celebração e a gestão de contratos de arrendamento de instalações portuárias	a CODEBA protocolou na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) um requerimento nos termos da Portaria MTPA nº 574/2018.

ÁREA DE INTERESSE	PROJETO	STATUS
	localizadas nos portos organizados; e III - a fiscalização da execução de contratos de arrendamento de instalações portuárias.	
	Ampliação do Terminal de Contêineres - Tecon Salvador	Obras em execução.
INFRAESTRUTURA	Ampliação do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu, com a construção de 2 novos "berços" - foi firmado um memorial de entendimentos com as arrendatárias Braskem, Grupo Ultra e Vopak, para viabilizar as providências necessárias, para que seja levada a proposta ao Poder Concedente.	Em andamento a contratação, pelas empresas arrendatárias, do projeto básico das obras.
	Recuperação dos equipamentos do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu-Candeias.	Em execução, com previsão para conclusão em agosto/2019.
	Recuperação da pavimentação asfáltica do sistema viário interno do Porto de Aratu-Candeias.	Obras em execução.
	Recuperação das estruturas de concreto armado do Pier 2 do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu-Candeias.	Obra concluída em 2018.
	Recuperação das estruturas de concreto armado do Pier do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu-Candeias.	Obras em execução.
	Recuperação da estrutura de concreto armado do Pier do Terminal de Produtos Gasosos do Porto de Aratu-Candeias.	Iniciado o processo para a licitação das obras.
	Instalação de modernas defensas tronco-cônicas no Pier do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu-Candeias.	Obras executadas em 2018.
	Relocação da cerca da área alfandegada e instalação de novas cercas para evitar animais nas vias rodoviárias internas do Porto de Aratu-Candeias.	Obras executadas em 2018.
	Dragagem de manutenção do Porto de Ilhéus	Aguardando definição de prioridade e recursos financeiros.
	Ampliação e adequação dos sistemas de monitoramento - CFTV dos Portos de Aratu-Candeias e Ilhéus.	Aguardando definição de recursos financeiros para a licitação das obras.
	Implantação e adequação da Sinalização Visual e Sonora, indicativa dos riscos ocupacionais, nos Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus.	Aguardando definição de recursos financeiros para a licitação das obras.
RELAÇÃO PORTO CIDADE, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO	Construção da Central de Resíduos Sólidos do Porto de Salvador	Obras em andamento.
	Obtenção da Licença de Operação do Porto de Ilhéus	Licença emitida em 2018.
	Obtenção da Licença de Operação do Porto de Aratu-Candeias	Emissão prevista para 2019.
	Obtenção da Licença de Operação do Porto de Salvador.	Processo iniciado. Emissão prevista para 2020.
	Implantação do centro de Gestão Integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (GISSMA) no Porto de Aratu-Candeias, visando fortalecer a atuação integrada entre a CODEBA, Arrendatários e demais entidades na gestão de riscos e emergências.	Obra concluída no início de 2019. Implantação prevista para o segundo semestre de 2019.

Desta forma, em perfeito alinhamento com o interesse público, a CODEBA trabalha no desenvolvimento de atividades alinhadas às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social.

2.3. Atividades desenvolvidas:

De acordo com o Artigo 4º do seu Estatuto Social, aprovado em 06 de novembro de 2017 e alterado em 18/06/2018 para adequar ao art.91, § 1º da Lei 13.303./16, a CODEBA exerce, dentre outras, as seguintes atividades:

- I. Pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;
- II. Arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades;
- III. Fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- IV. Fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- V. Promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;
- VI. Autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- VII. Autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- VIII. Suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- IX. Reportar infrações e representar perante a ANTAQ, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em Lei, em regulamento e nos contratos;
- X. Organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente;
- XI. Promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;

- XII. Promover a realização de obras e serviços necessários à proteção dos portos ou de seus acessos, sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- XIII. Fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da CODEBA.



3. Metas relativas ao desenvolvimento das atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Trata-se de metas para indicadores operacionais, de gestão e de meio ambiente, estabelecidos em seu Planejamento Estratégico, a serem alcançadas pela Companhia. As metas para 2019-2023 estão relacionadas abaixo:

PERSP.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	METAS					FÓRMULA
			2019	2020	2021	2022	2023	
FINANCEIRA	Otimizar os resultados financeiros	Despesas de pessoal sobre a receita operacional líquida (%)	46%	44%	42%	40%	38%	Despesas de Pessoal Total/Receita Operacional Líquida
		Despesas de serviços de terceiros sobre a receita operacional líquida (%)	42%	41%	40%	39%	38%	Despesas de serviços de terceiros Total/Receita Operacional Líquida
		Receita Líquida sobre ton de mercadoria movimentada (R\$1,00)	11	12	12,6	13,2	13,9	Receita Líquida/ ton de mercadoria movimentada
		Ebitda (R\$ milhões)	18,2	19,1	20,1	21,1	22,1	Resultado antes da tributação sobre o Lucro
	Garantir a sustentabilidade financeira do negócio	Resultado operacional do Porto de Salvador (R\$ milhões)	15,7	16,2	16,8	17,4	18,0	Resultado operacional + rateio da Sede
		Resultado operacional do Porto de Aratu-candeias (R\$ milhões)	22	22,8	23,6	24,4	25,2	Resultado operacional + rateio da Sede
		Resultado operacional do Porto de Ilhéus (R\$ milhões)	-7,4	-7,1	-6,8	-6,5	-6,2	Resultado operacional + rateio da Sede

[Handwritten signature]



CODEBA
COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
AUTORIDADE PORTUÁRIA

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2018

PERSP	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	METAS					FÓRMULA	
			2019	2020	2021	2022	2023		
CLIENTE MERCADO	Otimizar resultados de políticas tarifárias	Tarifas atualizadas anualmente	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA		Não se aplica
		Tarifas competitivas no mercado	100%	100%	100%	100%	100%		Estudo anual
		Plano de Comunicação implementado	100%	-	-	-	-		Não se aplica
	Otimizar a Comunicação Interna e Externa (CRM)	Plano Comercial/marketing implantado	100%	-	-	-	-		Não se aplica
		Áreas disponíveis arrendadas	0	0	5%	15%	20%		Área arrendada/Área Disponível
		Áreas disponíveis para cessão onerosa	30%	20%	-	-	-		Área cedida de forma onerosa/Área Disponível
	Adequar capacidade instalada de infraestrutura ao mercado	Km de rodovias requalificadas/operação - Salvador	5km	-	-	-	-		Não se aplica
		Km de rodovias implantadas/requalificadas - Aratu-Candeias	-	-	-	30km	-		Não se aplica
		Km de rodovias implantadas/requalificadas - Ilhéus	-	-	-	16km	-		Não se aplica
		Aumento de profundidade em Salvador	-	-	-	16 m	-		Profundidade atual + profundidade ampliada
		Profundidade do Porto de Aratu-Candeias	-	-	-	15 m	-		Profundidade atual + profundidade ampliada
		Aumento de profundidade em Ilhéus	10,5m	-	12 m	-	-		Profundidade atual + profundidade ampliada
		Km de Ferrovias implantadas - Aratu-Candeias	-	-	-	2km	-		Não se aplica
		Km de Ferrovias (Alça da Fiol) implantadas/requalificadas - Ilhéus	-	-	-	-	17km		Não se aplica

8

f



CODEBA
COMISSÃO DE DEFESA DA
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PERSP.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	METAS					FÓRMULA
			2019	2020	2021	2022	2023	
PROCESSOS E TECNOLOGIA	Aumentar a eficiência gerencial	Estrutura Organizacional revisada e implantada	100%	-	-	-	-	Não se aplica
		Processos e Procedimentos redesenhados	50%	50%	-	-	-	Processos e Procedimentos redesenhados/Total de Processos e Procedimentos
		Sistemas adm-financeiros e operacionais integrados	50%	50%	-	-	-	Sistemas integrados/Quantidade Total de Sistemas
		Regimento Interno revisado, aprovado e implantado	100%	-	-	-	-	Não se aplica
	Aumentar a eficiência operacional	Tempo médio de espera para atracação em Aratu-Candeias	5	4	3	2	1	Diferença entre a data de fundeio e data de atracação/12
		Taxa de paralisação no porto de Aratu-Candeias (percentual em horas por navio)	40%	30%	20%	20%	20%	Tempo de parada /tempo de atracação
		Índice do carregamento e descarregamento - Salvador	10%	10%	10%	10%	10%	Carregamento/ descarregamento dia p/toneladas
		Índice do carregamento e descarregamento – Aratu-Candeias	5%	10%	10%	10%	10%	Carregamento/ descarregamento dia p/toneladas
		Índice de carregamento e descarregamento - Ilhéus	5%	10%	10%	10%	10%	Carregamento/ descarregamento dia p/toneladas
	Promover a Modernização Tecnológica	Sistema integrado de gestão portuária implantado (ERP/Open Port)	80%	20%	-	-	-	Módulos implantados/Total de módulos
		Implantação do SEI	-	-	100%	-	-	Não se aplica
		Implantação do VTMS	10%	60%	30%	-	-	Não se aplica
	Promover a regulamentação perante as legislações de meio	Implantação de CLPI	30%	70%	-	-	-	Não se aplica
		Obtenção dos Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) para os três Portos	30%	60%	10%	-	-	Não se aplica

84

[Handwritten signature]



CODEBA
COMISSÃO DE DEFESA DA BAHIA
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PERSP.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	METAS					FÓRMULA
			2019	2020	2021	2022	2023	
	ambiente e de segurança do trabalho	Obtenção das Licenças de Operação dos Portos de Salvador e Aratu-Candeias	50%	100%	-	-	-	Quantidade de Licenças obtidas/Quantidade de Licenças exigidas
		Cumprimento dos TACs	100%	100%	100%	100%	100%	Quantidade de TAC's atendidos/Quantidade Total de TAC's
	Melhorar a Gestão Ambiental, de Saúde e de Segurança do Trabalho	Índice de Desempenho Ambiental (IDA)	50%	60%	70%	75%	80%	Padrão IBAMA
		Implantação da tarifa ambiental	-	100%	-	-	-	Não se aplica
		Cumprimento das condicionantes ambientais	100%	100%	100%	100%	100%	Padrão IBAMA
	Melhorar a Gestão Ambiental, de Saúde e de Segurança do Trabalho	Redução de acidentes de segurança do trabalho	2%	2%	2%	2%	2%	Quantidade de acidentes atual/Quantidade de acidentes no exercício anterior
		Redução de acidentes ambientais	2%	2%	2%	2%	2%	Quantidade de acidentes atual/Quantidade de acidentes no exercício anterior
	Aumentar o índice de Governança Corporativa	Implantação do Plano de Compliance e Controle Interno	50%	50%	-	-	-	Não se aplica
		Implantação de Política de Divulgação de Informações	100%	-	-	-	-	Não se aplica
		Implantação do Plano de Gestão de Risco	50%	50%	-	-	-	Não se aplica



PERSP.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	METAS					FÓRMULA
			2019	2020	2021	2022	2023	
PESSOAS	Valorizar pessoas	Novo Plano de Carreiras, Empregos e Salários Implantado	100%	-	-	-	-	Não se aplica
		Novo Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança Implantado	50%	50%	-	-	-	Não se aplica
		Plano de Capacitação e Desenvolvimento implantado	100%	-	-	-	-	Não se aplica
	Garantir a segurança dos ativos e das pessoas	Monitoramento eletrônico nos Portos implantado/ampliado	50%	50%	-	-	-	Percentual Monitoramento implantado/Área de Risco
	Implantar Modelo de Gestão Orientado a Resultados	Execução dos Planos de Ação	100%	100%	100%	100%	100%	PA's executados/Total de PA's
		Programa de Avaliação de Desempenho implementado	100%	-	-	-	-	Não se aplica

4. Recursos para custeio das políticas públicas

As atividades desenvolvidas pela Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial (calculada por metro quadrado, MMC – Movimentação Mínima e Sítio Padrão), oriundas dos arrendamentos de área e ainda, receitas de aplicações financeiras.

Para a realização de investimentos de grande porte na infraestrutura, a CODEBA conta com recursos da União, repassados pelo Ministério de Infraestrutura, contabilizados como créditos para aumento de capital. O quadro abaixo apresenta de forma detalhada qual é a origem dos recursos a serem empregados para execução das atividades alinhadas às políticas públicas:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019

CÓDIGO	PROJETO / ATIVIDADE	Obras/Atividades Vinculadas	LOA/2019
143U	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Ilhéus (BA). Geração Própria	Aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário.	100.000
143R	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Ilhéus (BA). Geração Própria	Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.	100.000
143N	Dragagem e Derrocagem no Porto de Aratu-Candeias (BA). Geração Própria	Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.	200.000
143J	Adequação das Instalações de Acostagem e de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Aratu-Candeias (BA). Geração Própria		500.000
143I	Adequação das Instalações de Acostagem e de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Salvador (BA). Geração Própria		500.000
143V	Adequação de Instalações gerais e suprimentos no Porto de Aratu-Candeias (BA). Geração Própria	Melhorias na Sinalização Visual Planejada no Porto de Aratu (BA).	100.000
143Q	Adequação de instalações de proteção e atracação de navios no Porto de Aratu-Candeias.	Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos	1.400.346



CODEBA
COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA
AUTORIDADE PORTUÁRIA

	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)	aquaviários e instalações portuárias.	terrestres e das	
	Geração Própria			900.346
				500.000
143L	Adequação de instalações de Circulação no Porto de Aratu-Candeias (BA).	Adequação das Vias Internas do Porto de Aratu-Candeias (BA).		1.000.000
	Geração Própria			1.000.000
143K	Adequação de instalações de acostagem e de movimentação e armazenagem de cargas do Porto de Ilhéus (BA).			500.000
	Geração Própria			500.000
143O	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Salvador (BA).	Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.		2.000.000
	Geração Própria			2.000.000
143S	Adequação de instalações gerais e suprimentos no Porto de Salvador (BA).	Promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados.		577.194
	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)			577.194
12LK	Ampliação do Quebramar no Porto de Salvador (BA).	Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.		3.600.000
	Recursos do Tesouro - PAC			-
	Recursos do Tesouro - RAP - PAC			-
	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)-PAC			3.600.000
14KJ	Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios.	Aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário.		3.000.000
	Recursos do Tesouro - PAC			-
	Recursos do Tesouro - RAP - PAC			-
	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)-PAC			-
	Geração Própria			3.000.000

8

14KL	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária.	Aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário.	1.359.284
	Recursos do Tesouro - RAP - PAC		
	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)-PAC		859.284
	Geração Própria		500.000
14KM	Implantação de Sist. Port. de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística.	Aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário.	7.300.000
	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)-PAC		6.000.000
	Geração Própria		1.300.000
14RC	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos.	Promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados.	2.500.000
	Recursos do Tesouro - PAC		1.500.000
	Recursos do Tesouro - RAP - PAC		
	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)-PAC		1.000.000
14WO	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Salvador (BA).	Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.	10.000
	Geração Própria		10.000
15QH	Dragagem e Derrocagem no Porto de Salvador (BA).	Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.	200.000
	Geração Própria		200.000
15QG	Dragagem e Derrocagem no Porto de Ilhéus (BA).		100.000
	Geração Própria		100.000
15QF	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Ilhéus (BA).		500.000

	Geração Própria			500.000
15CP	Reforço do Cais Público do Porto de Salvador (BA).			100.000
	Geração Própria			100.000
15CO	Ampliação do Terminal da Granéis, no Porto de Aratu-Candeias (BA).			100.000
	Geração Própria			100.000
20HL	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária.			10.500.000
		Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.		
	Recursos do Tesouro - LOA			-
	Recursos do Tesouro - RAP			10.000.000
	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)			-
	Geração Própria			500.000
20HM	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário.			750.843
	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)		Promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados.	250.843
	Recursos do Tesouro - RAP			-
	Geração Própria			500.000
4101	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estaduais Federais	3.000.000
	Geração Própria			3.000.000
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estaduais Federais	4.000.000
	Geração Própria			4.000.000
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estaduais Federais	500.000
	Geração Própria			500.000



CODEBA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA
AUTARQUIA FEDERAL

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2018

	TOTAL		44.497.667
	RECURSOS DA UNIÃO		
	Recursos do Tesouro - LOA		-
	Recursos do Tesouro - PAC		1.500.000
	Recursos do Tesouro - RAP		10.000.000
	Recursos do Tesouro - RAP - PAC		-
	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)		1.728.383
	Saldo de Exercícios Anteriores (Tesouro)-PAC		11.459.284
	RECURSOS PRÓPRIOS		
	Geração Própria		19.810.0

[Handwritten signature]

5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Para a tomada de decisão de investimentos, que visem ao atingimento de políticas públicas, a CODEBA vale-se de indicadores adequados à cada política adotada, de modo que a sua efetividade possua maior chance de sucesso e amplie a capacidade de revisão e ajustes quando elas não estiverem apropriadas.


Dessa forma, os principais indicadores utilizados são os financeiros, estratégicos, gerenciais e de desempenho, tais como índice de desempenho ambiental, índice de governança da Secretaria de Governança de Estatais, relatórios financeiros e contábeis, índice de movimentação de cargas no porto, dentre outros, disponíveis em www.codeba.com.br.

Quanto aos impactos econômico-financeiros, a Receita Operacional Líquida da Companhia totalizou R\$ 117,9 MM, valor 5,56% menor em relação ao ano anterior. O custo da atividade aumentou 8,55%, enquanto o aumento total de despesas foi de 11,16%.

Como efeito das decisões tomadas pela Diretoria em 2018, a ANTAQ aprovou, com a Resolução nº 6.612, de 26 de dezembro, o reajuste linear de 19,68% incidente sobre os valores vigentes nas tarifas portuárias. Essa medida, em conjunto com as demais medidas em curso pela Diretoria Executiva, a exemplo de redução com despesas, proporcionarão a otimização dos resultados financeiros e a manutenção da sustentabilidade financeira do negócio.

6. Comentários dos administradores:

Em 2018, a gestão da Companhia foi conduzida de forma a romper paradigmas e superar obstáculos, diante do cenário nacional e internacional de instabilidade e incertezas, econômicas e políticas: a paralisação nacional dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio, a instabilidade da economia do país, as oscilações do mercado externo pelas divergências comerciais entre China e Estados Unidos e perdas de algumas cargas.

Mas, com o desenvolvimento de ações, em conjunto com os seus parceiros usuários dos portos, foi possível reduzir os impactos negativos em seu desempenho. Assim é que, no final do exercício de 2018, a movimentação de carga, ainda que inferior a 2017, foi maior 



quando comparada aos resultados de 2015 e 2016, inclusive marcando novo recorde na movimentação de contêineres.

Com objetivo de dotar a CODEBA de um instrumento de gestão essencial ao seu aperfeiçoamento com vista a um novo paradigma da Administração Portuária na Bahia, foram realizados “Workshops” no que resultaram na construção do Planejamento Estratégico 2019-2023 e do Plano de Negócios, entre outras ações voltadas ao planejamento, gestão e capacitação de pessoas.

Na área de infraestrutura portuária, importantes obras foram executadas no Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu-Candeias, como a recuperação das estruturas de concreto armado da ponte de acesso ao Pier I e do Pier II, e dos serviços de caldeiraria e pintura dos equipamentos de carregamento e descarregamento de navios e correias transportadoras. Já no Pier de Líquidos foi feita a substituição das antigas defensas modulares por 10 defensas tronco cônicas (duas para cada delfim), com desempenho e resistência muito superiores às antigas, totalizando dispêndios na ordem de R\$ 20 milhões.

Além da execução das atribuições de Autoridade Portuária, a gestão da CODEBA foi focada no fortalecimento da relação com a sociedade onde os portos estão localizados, mantendo uma interação mais aprofundada sob os aspectos sociocultural e ambiental. Ações objetivando a eliminação de riscos ambientais, patrimoniais e condições inseguras foram intensificadas através de treinamento, capacitação, campanhas de conscientização, além de ações voltadas para a integração dos profissionais envolvidos neste setor, visando garantir condições necessárias para instalações seguras, agilidade e precisão nas situações de emergência.

A CODEBA encerrou o ano com significativas ações concluídas, tendo como destaque a aprovação do Programa de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos de Salvador e Aratu-Candeias, que permitirá a definição das estratégias a serem adotadas para arrendamento das áreas disponíveis, agora fortalecida mediante as condições previstas na Portaria 574/2018, do então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, hoje, Ministério de Infraestrutura.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

1. Atividades empresariais – Serviços X Receita

Os principais serviços ofertados pelos portos administrados pela CODEBA no ano de 2018 e sua relação com a receita e o lucro da Companhia, estão demonstrados no quadro abaixo:

Serviços/Segmento	Receita Bruta por Segmento
Fat. Patrim. Area Coberta	4.888.238,00
Fat. Patrim. Area Descoberta	14.925.917,69
Marítima	46.616.973,76
Acostagem	4.858.074,50
Terrestre	53.576.103,20
Armazenagem	6.277.412,04
Equipamentos Portuários	6.064.479,26
Diversos	4.648.530,55
Total	141.855.729,00

Receita total da empresa	R\$ 142.404.977,22
Receita líquida proveniente do segmento	R\$ 117.953.118
Participação do segmento na receita líquida total	82,83%
Lucro/prejuízo líquido do período:	R\$ -11.497.208,00

2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos

Conforme previsto em seu Estatuto Social, as estruturas e mecanismos de controle a serem utilizadas para monitorar as atividades que serão desenvolvidas pela Companhia em atendimento às políticas públicas, no intuito de zelar pela transparência, completude e exatidão das informações aqui apresentadas são as seguintes:

- Comitê de Auditoria,

- Comitê de Elegibilidade;
- Auditoria Interna,
- Área de integridade,
- Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos,

a) Quanto ao Gerenciamento de Riscos

A CODEBA possui, formalmente instituído, o Núcleo de Compliance e Gestão de Riscos, liderado pela Gerência de Assuntos Estratégicos, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente. Esse Núcleo tem por finalidade assessorar a Administração Superior no que concerne ao exercício das suas funções relativas à conformidade, gerenciamento de risco e controles internos na Sede e em todas as unidades da CODEBA.

O Regulamento da Política de Conformidade e Gestão de Riscos foi aprovado pelo Conselho de Administração, em sua 496ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2018. As instâncias responsáveis pelo Sistema de Conformidade e Gestão de Riscos da CODEBA são:

- I – o Conselho de Administração;
- II – o Conselho Fiscal;
- III – a Diretoria Executiva;
- IV – o Diretor-Presidente;
- V - o Núcleo de Compliance e Gestão de Riscos;
- VI – os Gerentes de Unidade e Setores;
- VII- a Auditoria Interna;
- VIII - o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD).

b) Quanto ao Controle Interno

Em relação aos controles internos, para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, a CODEBA possui a seguinte estrutura:

- Auditoria Interna;
- Comitê de Integridade;

- Núcleo de Compliance e Gestão de Riscos;
- Auditoria Independente.

As práticas de controle interno são avaliadas pela Gerência de Assuntos Estratégicos, por meio do Núcleo de Compliance e Gestão de Riscos da CODEBA, refletindo diretamente nas atualizações dos normativos realizados pela Companhia, além de ajustes administrativos que buscam aprimorar as atividades executadas.

Equipe responsável pelo acompanhamento:

- 01 Chefe de Serviço
- 01 Analista Portuário – Especialidade Economia

c) Parecer dos auditores independentes

O relatório dos auditores independentes relata deficiências cujas origens remontam à época de fundação da Companhia os quais repercutiram diretamente nas demonstrações contábeis do exercício, quais sejam:

- **Ressalva acerca dos Critérios de Avaliação e de Reconhecimento do Ativo Imobilizado – ICPC 10 - NBC TG 27.**

Medidas corretivas: a CODEBA pretende contratar em 2019 empresa especializada para emissão de laudos de avaliação em cumprimento ao citado na ressalva.

- **Ressalva sobre Provisão para Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1.**

Medidas corretivas: em decorrência das negociações em curso para busca de solução conjunta com as demais patrocinadoras junto ao Governo Federal e demais órgãos envolvidos, a Companhia decidiu manter os valores provisionados no balanço encerrado em 31.12.2018 nos níveis informados pelo setor jurídico interno.

Ressaltamos que em janeiro de 2018 a ABEPH (Associação das Empresas Portuárias e Hidroviárias do Brasil), contratou Consultoria especializada para ratificar valores informados

pelo PORTUS, assim como propor alternativas para solução do problema, trabalho este até o momento ainda não totalmente concluído.

3. Fatores de risco

Os principais fatores de risco que poderão causar relevantes impactos nos processos estratégicos da CODEBA, no tocante ao atingimento de políticas públicas, estão apresentados a seguir:

1. Ações judiciais que podem provocar efeitos adversos relevantes sobre o negócio;
2. Inadimplência de arrendatárias e de terminais privativos, provocando efeito adverso sobre os negócios, a condição financeira e o resultado operacional;
3. Possibilidade de uma parte significativa dos armadores transferirem suas cargas para terminais fora do porto organizado, provocando perda de receitas;
4. Dependência da ANTAQ e do Poder concedente em decisões que influenciam na administração da autoridade portuária;
5. Não liberação dos recursos orçamentários de investimentos previamente aprovados comprometendo a capacidade operacional;
6. Greves e paralisações de empregados e/ou partes relacionadas com as atividades portuárias;
7. Dificuldades de adaptação da cultura organizacional existente às mudanças do novo contexto interno de gestão.

4. Dados econômicos financeiros e comentário sobre o desempenho

Os portos públicos fecharam o exercício 2018 com movimentação na marca de 11 milhões 146 mil toneladas, 6% menor que a do ano anterior, quando atingiu 11 milhões 860 mil toneladas. Alguns fatores refletiram para o resultado: a paralisação nacional dos caminhoneiros ocorrida no primeiro semestre, afetando as três unidades portuárias, mas, sobretudo as operações do Porto de Aratu-Candeias; o forte recuo nas importações de óleo diesel de origem estrangeira, após a mudança da política de preços adotada pela Petrobras; os entraves comerciais entre Estados Unidos e China.

Aliado aos fatores externos acima, deve-se levar também em consideração a instabilidade porque passa o setor produtivo do estado, onde o setor industrial, especialmente bens de

capital e atividades de transformação registraram queda de 1,2% o que de certa forma exerceu forte influência na cadeia logística dos portos públicos. Incluindo portos públicos e terminais de uso privado (TUPs), a movimentação anual somou 36,3 milhões de toneladas, puxado pela maior participação dos TUPs na movimentação de soja em grãos e derivados do petróleo.

O resultado adverso na movimentação foi de certa forma compensado pelo volume de negócios que passaram nos terminais portuários, em torno de 75% do total da balança comercial do estado que somou em 2018, US\$ 16,7 bilhões.

A receita oriunda dos serviços de exploração e administração dos portos somou R\$ 122.041.573, recuo de apenas 1,04% comparado o resultado do ano anterior. As receitas com aluguéis e arrendamentos totalizaram R\$ 19.814.156, um crescimento de 4,3%, por conta dos reajustes previstos nos contratos com base nos índices oficiais do IGPM e IGP-DI. Incluindo os dois tipos de receitas, totalizaram R\$ 141.855.729, resultado 0,32% menor que 2017. A receita financeira totalizou R\$ 6.952.285, um recuo de 41% ante o resultado do ano anterior de R\$ 9.791.484, em função da redução da taxa Selic em 2018, base de remuneração do fundo em que a CODEBA aplica as disponibilidades de caixa.

A seguir, apresentamos a análise de atendimento das metas e comentário sobre os resultados na execução do planejamento estratégico referente ao ano de 2018:

Objetivo 1: Criar sustentabilidade do negócio.	
Meta	Comentário
1. Contratar no primeiro trimestre de 2018 consultoria especializada em reestruturação técnica, administrativa e organizacional para revisão do planejamento estratégico e plano de negócios, elaboração do manual de gerenciamento de riscos.	Foram realizados "Workshops" no que resultaram na construção do Planejamento Estratégico 2019-2023, do Plano de Negócios 2019. Em dez/18 foi iniciado processo para contratação de consultoria especializada visando a elaboração do manual de gerenciamento de riscos. O processo licitatório está em andamento com previsão de contratação da empresa até o segundo semestre./2019.
2. Gerar superávit financeiro ao final do exercício fiscal de 2018.	No exercício 2018 a Empresa apresentou prejuízo contábil de R\$ 11,4 milhões, mesmo apresentando um aumento nas disponibilidades de Caixa com recursos próprios que, em 31/12/2018, era de R\$ 99,1 milhões. As razões que levaram ao resultado negativo foram: 1) Provisão para Devedores Duvidosos-PDD no total de R\$ 4,4 milhões; ressalte-se que a empresa não atendeu à esta exigência legal nos exercícios de 2016/2017 o que levou a Auditoria Externa ressaltar o balanço do exercício 2017; 2) Cancelamento de 2 NFs do MMC da TECON emitidas em nov-2017 e fev-2018 no total de R\$ 5,6 milhões; 3) Crescimento do custeio com reforma/manutenção nos Portos, principalmente no Porto de Aratu-Candeias, que aumentou R\$ 4,5 milhões em relação ao gasto de 2017; 4) Baixa parcial de "Créditos a Receber" do DNIT no valor de R\$ 1,9 milhões. Considerando a defasagem monetária nas tarifas de serviços praticadas pela empresa que



	estavam sem correção desde maio/2015 (mais de 3 anos), foi solicitado à ANTAQ em julho/2018 atualização no valor das tarifas praticadas, aprovado em nov-2018, que passou a vigorar a partir de 01/01/2019. Portanto a recomposição do valor das tarifas, e, considerando que as razões para o prejuízo em 2018 foram pontuais e não há previsão ou fatos novos para que ocorram no exercício 2019, há previsão de resultado positivo a partir do exercício em curso.
--	---

Objetivo 2: Aumentar a produtividade e atracação de navios.	
Meta	Comentário
1. Fazer a atualização do software de gestão portuária no terceiro trimestre de 2018.	A CODEBA deu início às melhorias visando a atualização tecnológica total do sistema. Foi iniciado o processo via cessão de uso pela APP e estabelecimento de requisitos e Termo de Referência para nova situação e estudos de alternativas para desenvolvimento e implementação do IGPORT (Sistema de Gestão Portuária Integrada), que compreenderá no upgrade tecnológico e de negócio, nos módulos de operação e de ERP (Administrativo/financeiro), e dos novos módulos que corresponderá ao comercial e gerencial.

<p>2. Executar plano de manutenção e melhorias.</p>	<p>Na área de infraestrutura portuária as atividades foram estruturadas em dois tópicos principais: em Ações Externas, que resultaram em intervenções objetivas, ou seja, perceptíveis na prática sob forma de serviços de engenharia e podem ser contabilizadas nos 16 contratos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, obras e serviços; e em Ações Internas que foram realizadas a fim de proporcionar ganhos de produtividade ao setor, através de cursos de capacitação e processos internos permitindo maior agilidade nas metas de gestão. Cabe destacar que todas as ações externas foram previamente planejadas pelo setor, de modo que a meta se materializou na forma de contrato, considerada atingida. Posteriormente, acompanha-se o cumprimento do contrato através do "índice de execução do contrato", com o objetivo de verificar se houve um resultado concreto.</p> <p>Importantes obras foram executadas no Terminal de Graneis Sólidos do Porto de Aratu-Candeias, valendo citar a recuperação das estruturas de concreto armado da ponte de acesso ao Pier I e do Pier II, e dos serviços de caldeiraria e pintura dos equipamentos de carregamento e descarregamento de navios e correias transportadoras. Já no Pier de Líquidos foi feita a substituição das antigas defensas modulares por 10 defensas tronco cônicas (duas para cada DOLFIM), com desempenho e resistência muito superiores às antigas, totalizando dispêndios na ordem de R\$ 20 milhões.</p>
<p>3. Aumentar em 3 % o número de atracações até dezembro de 2018:</p>	<p>Os portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus fecharam o ano de 2018 com 1.231 atracações, 4,2% menor que a registrada em 2017.</p>

Objetivo 3: Aumentar a movimentação de cargas.

Meta	Comentário
1. Aumentar em 3 % a movimentação de cargas para 2018.	Os portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus fecharam o ano de 2018, com 11,1 milhões de toneladas movimentadas, 6,0% menor que a registrada em 2017. É o terceiro melhor resultado alcançado pela CODEBA em toda sua história. Um palamar considerado satisfatório diante do contexto porque passou a economia nacional e o mercado externo, refletido também na queda quase que generalizada entre os portos públicos do país. Além disso, houve a greve dos caminhoneiros, que ocorreu entre os dias 14 a 29 de maio, que também interferiu nos resultados.

Objetivo 4: Criar estrutura de atendimento.	
Meta	Comentário
1. Criar comitê permanente de acompanhamento de órgãos de fiscalização e controle no primeiro trimestre de 2018.	Foi criado no segundo semestre de 2018 um grupo de trabalho visando acompanhar todas as demandas dos órgãos fiscalizadores e de controle.

Objetivo 5: Obter excelência nos processos de gestão.	
Meta	Comentário

1. Contratação de consultoria especializada no primeiro trimestre de 2018	A Companhia realizou o pregão eletrônico em setembro de 2019 para contratação dos serviços técnicos especializados de suporte à implantação do PMGP. A licitação está em sua fase final.
2. Implantação do PMGP em dezembro de 2018:	A contratação foi realizada em maio de 2019.

Objetivo 6: Implantar sistema de gestão de pessoas.	
Meta	Comentário
1. Executar plano de treinamento em 2018.	Foi elaborado o Plano de Capacitação para o exercício de 2018, devidamente aprovado pela Diretoria Executiva. No total, foram ofertadas 8.620 horas/aula alcançando 143 colaboradores - entre empregados efetivos, comissionados e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Os treinamentos foram realizados em diferentes modalidades: fechado (IN COMPANY, nas dependências da CODEBA); aberto (fora da CODEBA, nas dependências da empresa ministrante); e EAD (Ensino à Distância). Dentre os cursos de maior relevância podem ser citados: Formação da Brigada de Emergência dos 3 Portos, Seminário "45 Questões Polêmicas e Fundamentais sobre as Licitações e Contratos das Estatais de Acordo com a Lei nº 13.303/2016", Gestão de Riscos nas Contratações Públicas, Planilha de Custos e Formação de Preços de Acordo com a Reforma Trabalhista, Instrução Normativa 05/2017, Departamento de Pessoal, Folha de Pagamento, Auditoria em Folha de Pagamento com Uso de Cruzamento de Dados, Seminário Nacional sobre Indústria Marítima e Meio-Ambiente, Resolução de Conflitos Aplicada ao Contexto das Ouvidorias, Defesa do Usuário e Desburocratização, Tratamento de Denúncias em Ouvidoria, Lei de Acesso à Informação, COSO 2013 Controles

	<p>Internos e Gestão de Riscos, eSocial, Intensivo de Formação de Auditores Independentes, Licitação de acordo com a Lei 13.303/2016, Formação e Capacitação de Pregoeiro, Treinamento de Análise de Riscos com Ênfase em Segurança Orgânica de Instalações Portuárias, Curso Nacional de Auditoria em Segurança de Instalação Portuária, Processo Administrativo Disciplinar Celetista, Congresso Nacional da Advocacia Estatal, Seminário Nacional Governança e Gestão de Risco no Setor Público e Curso de Conselho Fiscal na prática.</p>
2. Realizar avaliação de desempenho no terceiro trimestre de 2018.	<p>As avaliações foram realizadas e finalizadas em outubro de 2018.</p>

Objetivo 7: Ter sistemas integrados e atualizados.	
Meta	Comentário
1. Realizar adesão ao SEI - Sistema Eletrônico de Informações.	A CODEBA recebeu um ofício circular nº 1/2019/AECI-MTPA do Ministério de Infraestrutura, constando a informação de que não foi obtido êxito junto ao TRF-4 para a cessão de direito de uso do SEI, conforme memorando nº 77/2018/CGTI/SAAD/SE.
2. Implantar o SEI no terceiro trimestre de 2018.	Diante da resposta anterior essa meta não será mais contemplada. No PDTI de 2019 - 2022, que está em fase de aprovação, será contemplada a meta para verificação de outras formas para realizar a Digitalização Documental e Integração dos Sistemas da CODEBA.
3. Readequação do parque tecnológico da CODEBA.	A equipe de TI está atualizando as informações referentes à valores de mercado e levantamento do quantitativo de equipamentos para dar continuidade à aquisição de

	computadores. Em relação a Redefinição do DATACENTER, que também faz parte da demanda de Readequação do Parque Tecnológico, este foi contemplado e apenas uma atividade encontra-se pendente: a transferência de um Servidor STORAGE da sala do Servidor para a Sala de Controle. Essa ação foi retomada e está em execução.
4. Contratar consultoria especializada no primeiro trimestre de 2018 para treinamento de usuários.	A meta foi parcialmente atendida, pois alguns cursos foram realizados no plano geral de treinamento. (Objetivo 6 – Meta 1).

Objetivo 8: Implantar indicadores de gestão.

Meta	Comentário
1. Criar mapa de indicadores de gestão da CODEBA tendo como base os indicadores de gestão Secretaria de Políticas Portuárias no terceiro trimestre de 2018.	Foram utilizados os indicadores de gestão previstos pela Secretaria de Políticas Portuárias, além disso a CODEBA atendeu no prazo todas as metas HVM do indicador de Gestão 4) Ações de Sustentabilidade Econômico-Financeira 4.1 Plano de Contas Padrão e Sistema de Custeio, encaminhando à SNPTA, no prazo, os relatórios (Balanço Patrimonial, DRE e Margem Líquida por Tabela), assim como os índices do indicador de gestão 5.1 - Indicadores de Política Setorial.

5. Políticas e práticas de governança corporativa

As ações de governança da CODEBA são desenvolvidas com base no Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública. Trata-se de documento que reúne e organiza boas práticas de governança pública que, se bem observadas, podem incrementar o desempenho de órgãos e entidades públicas.

Conforme seu Estatuto Social, a estrutura de governança da CODEBA é constituída pela Assembleia Geral dos Acionistas, pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário, Auditoria Interna, Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, Área de Integridade e Comitê de Elegibilidade, existindo clara definição dos papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão.

5.1. Unidades Internas de Governança:

- Auditoria Interna;
- Área de Integridade;
- Ouvidoria;
- Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos;

5.2. Práticas de Governança Corporativa:

a) No que diz respeito aos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração, a CODEBA realiza as seguintes práticas:

- divulga no site da empresa o nome e currículo dos Diretores e Conselheiros;
- possui programa de metas aprovadas pelo Conselho de Administração e fiscalizadas pelo Conselho Fiscal e seus Diretores;
- os membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração responsabilizam-se pelo estabelecimento de diretrizes e políticas para a gestão e o alcance dos resultados; avaliam, direcionam e monitoram, ao menos anualmente, a gestão da organização com relação ao alcance das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo e responsabilizam-se pela avaliação e aprovação, até a última reunião ordinária do ano anterior, do plano de negócios para o ano seguinte.

SA



b) Com relação ao Comitê de Elegibilidade, a CODEBA:

- tem esse comitê institucionalizado e em funcionamento; e
- assegura-se de que todas as indicações de membros estatutários tenham sido aprovadas por esse Comitê.

c) Com relação à Gestão de Riscos, a CODEBA:

- até que se crie a Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, as atribuições inerentes à essa área estão sendo lideradas pela Gerência de Assuntos Estratégicos e executadas pelo Núcleo de Compliance e Gestão de Riscos;
- conta com o Regulamento da Política de Conformidade e Gerenciamento de Riscos aprovado pelo Conselho de Administração em 17/04/2018.
- emitiu parecer técnico sobre a Política de Transação com Partes Relacionadas, a Política de Divulgação de Informações da Companhia e sobre o edital de chamamento público do processo seletivo para o Comitê de Auditoria Estatutário;
- apresenta relatório trimestral das atividades desenvolvidas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração;
- iniciou o processo licitatório para contratação de Consultoria visando a implantação da Gestão de Riscos da CODEBA.

d) Com relação ao Compliance e ao Controle Interno a CODEBA:

- assegura-se de que todos os dados inseridos no módulo Perfil do SIEST (Balanço, DRE, DFC, DVA) e no módulo Endividamento foram devidamente validados pelo contador responsável pelas demonstrações financeiras.
- iniciou a revisão das Normas Institucionais da Companhia, a fim de avaliar sua adequação à Lei 13.303/16 e ao Decreto 8.945/16.
- iniciou os estudos para implantação da Gestão de Compliance da Companhia, tendo como objetivo inicial a elaboração da Política de compliance; do Manual de compliance e combate à corrupção e da Cartilha de compliance.

e) Com relação à Ouvidoria:

- possui um profissional designado formalmente para desenvolver as atribuições de Ouvidor;
- tem sua instituição prevista no Estatuto Social da Companhia, sendo sua vinculação direta ao Conselho de Administração;
- possui processo formal de encaminhamento tempestivo das denúncias recebidas às áreas responsáveis.
- teve sua Norma de Ouvidoria aprovada pelo Conselho de Administração, em sua 500ª reunião ordinária, realizada no dia 03 de setembro de 2018;
- participa de cursos e reuniões técnicas visando o aperfeiçoamento técnico das atividades de ouvidoria;
- divulgação, por meio das mídias sociais da Companhia, de informativo destacando o papel da Ouvidoria e de seus canais de atendimento;
- participação do Ouvidor no Comitê de Integridade da Companhia;
- o Ouvidor preside a Comissão de Avaliação de Serviços, criada em 2018, que tem como objetivo o cumprimento do Capítulo VI da Lei Federal nº 13.460/2017.

f) Com relação à Transparência a CODEBA:

- designa formalmente profissionais para desempenhar as atividades relacionadas a Lei de Acesso à Informação - LAI na CODEBA e Gestão do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC;
- acompanha periodicamente o atendimento à transparência ativa, como demandado pela LAI, onde é garantida a divulgação proativa de informações de contratos, licitações, lista nominal e salários dos funcionários, gastos em diárias e passagens, assim como todas os itens obrigatórios encontrados na lei 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- acompanha, tanto o atendimento à transparência ativa quanto passiva (e-Sic), por meio de indicadores próprios emitidos pelo sistema eSic e fornecidos trimestralmente pela SNPTA – MI, os prazos máximos e médios de atendimento;
- foi avaliada pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU e, dentre as 135 organizações fiscalizadas, obteve a colocação 50º no ranking, com a nota 0,62, sendo a nota máxima alcançada no ranking do Índice de transparência 0,89, enquanto que a nota mínima foi 0,14.

g) Governança de TI, a CODEBA:

- elaborou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2019-2022 que está em fase de aprovação pelo CGTI, Comitê Gestor de Tecnologia de Informação;
- tem utilizado os modelos disponibilizados pelas secretarias dos órgãos fiscalizadores competentes (TCU, MP e SNPTA) como base para sua gestão de processos;
- está tomando providências para constituição de uma comissão responsável por atender ao Plano de Ação para Melhoria da Governança e da Gestão de TI. A solicitação foi encaminhada à SNPTA a pedido do Conselho de Administração da Companhia, seguindo modelo do TCU, visando uma melhoria de 25% no indicador medido em 2018 em comparação com o último obtido em análise no ano de 2016.
- Implementa ações visando à modernização no parque de servidores e storage com melhoria na solução de virtualização, possibilitando maior capacidade de expansão e redundância de segurança, assim como na melhoria no sistema de backups e storage.
- adota medidas de segurança, a exemplo da implementação de novos equipamentos de armazenamento de dados que visa garantir proteção contra ataques de vírus do tipo criptografador, que em 2017 causou grandes transtornos na companhia a exemplo do resto do mundo, porém sem danos permanentes e prejuízos financeiros significativos.
- busca a realização de treinamentos e fóruns para capacitação e discussão com a força de trabalho com o objetivo de minimizar a debilidade dos usuários e assim conseguir realizar um melhor atendimento e direcionamento para a equipe de suporte.

h) Com relação aos Projetos de Capital, a CODEBA:

- implementa processos e alçadas de aprovação para esses projetos;
- assegura-se de que foram mapeadas as questões de sustentabilidade ambiental, inclusive as licenças necessárias para a execução do projeto; e
- adota medidas corretivas durante a execução dos projetos, quando necessário, visando ao alcance das metas físicas e financeiras.

i) Quanto à Política de Dividendos, a CODEBA divulga:

4

- o processo e as instâncias responsáveis pela proposição da distribuição de dividendos;
- o parâmetro de referência a ser utilizado para definição de eventual dividendo adicional ou complementar (acima do mínimo obrigatório), bem como as circunstâncias e os fatores que podem afetar a distribuição: fluxo de caixa operacional superior às necessidades de financiamento, liquidez corrente compatível com o setor de atuação, limites operacionais satisfatórios, etc,
- a periodicidade dos pagamentos das parcelas dos dividendos;
- em conformidade com a lei 6.404/76 e Estatuto Social da Companhia, os órgãos da administração apresentam à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação a ser dada para o lucro líquido do exercício.

j) Quanto à Gestão de Pessoas, a CODEBA:

- realiza periodicamente auditoria em folha de pagamento e em outros processos de gestão de pessoas;
- tem indicadores de produtividade de seus empregados;
- realiza análises estatísticas da força de trabalho, como índice de rotatividade, horas extras per capita, etc.;
- utiliza a gestão de competências para realizar processos de gestão de pessoas;
- desenvolve processo formal e transparente para alocação dos candidatos em concurso público conforme o perfil desejado pelas áreas;
- realiza avaliação de desempenho dos empregados;
- possui indicadores e metas para avaliar o desempenho individual dos empregados;
- realiza estudo de viabilidade econômico-financeira para estabelecer o limite do reajuste salarial e de benefícios;
- tem ações estruturadas de acompanhamento do processo de negociação coletiva;
- adota ações que visam a criação de novos conhecimentos;
- elabora plano anual de capacitação;
- patrocina, integral ou parcialmente, programas de pós graduação aos empregados;
- aplica periodicamente pesquisa de clima organizacional, utilizando os resultados para orientar a política de gestão de pessoas e demais áreas.

k) Quanto à Previdência e Assistência à Saúde, a CODEBA:

SA

- faz acompanhamento da solvência, da liquidez e do equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de previdência complementar;
- acompanha o atendimento à cobertura de hospitais, clínicas e profissionais para o Plano de Assistência Médica, de modo a manter os níveis de qualidade e condições contratuais pactuadas, além de oferecer atendimento ao usuário através do Serviço Médico-Social;
- monitora a situação das garantias econômico-financeiras exigidas pela ANS do plano odontológico ofertado na modalidade autogestão por operadora.


l) Com relação às políticas públicas, a CODEBA:

- publica carta anual, subscrita pelos Conselheiros de Administração, contendo os compromissos de atendimento às políticas públicas e a definição dos recursos a serem empregados, além dos impactos econômicos-financeiros, mensuráveis por meio de indicadores objetivos;
- monitora a execução da política pública regularmente e atua para garantir o alcance dos objetivos definidos;
- divulga anualmente o seu Relatório Integrado e de Gestão.

m) Com relação ao Planejamento Estratégico, a CODEBA:

- revisa o planejamento periodicamente;
- alinha o planejamento estratégico com as orientações e as determinações dos órgãos supervisores, reguladores e coordenadores;
- utiliza a análise de pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças como base para a formulação de suas estratégias.

n) Com relação ao Planejamento Orçamentário, a CODEBA adota as seguintes práticas:

- o planejamento e a reprogramação desses orçamentos são feitos a partir do levantamento das necessidades de todas as áreas;
- é realizado o acompanhamento periódico da execução de seus orçamentos, com encaminhamento de relatórios à alta administração sobre a implementação; 

- utilização de indicadores mensuráveis para acompanhamento da execução orçamentária;
- quando encontrado desvios na execução dos orçamentos, a área responsável pelo planejamento e gestão orçamentária atua junto à alta administração e às áreas envolvidas para justificar e/ou corrigir as divergência em relação ao planejado;
- possui sistemas de TI para a gestão dos orçamentos.

o) Com relação à Implantação do Projeto de Modernização da Gestão Portuária - PMGP:

- em setembro de 2018 foi realizado o pregão eletrônico visando a contratação de consultoria especializada para implantação do PMGP nos portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus. As atividades da consultoria estão previstas para iniciar no primeiro semestre de 2019.

6. Descrição da composição e da remuneração dos administradores

A remuneração dos membros estatutários é fixada anualmente pela Assembléia Geral, nos termos da legislação vigente.

A CODEBA possui o Programa de Remuneração Variável (RVA). Este programa é regido pelo art.152 da Lei N° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo art. 37, parágrafo 5º do Decreto nº 8945/16 e pelas orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais—SEST. O Programa tem por objetivo promover a implementação de estratégia da empresa e o atingimento dos resultados desejados através da vinculação de parcela acrescida à remuneração anual dos dirigentes ao respectivo desempenho.

O quadro abaixo apresenta as metas para indicadores nos níveis estratégicos, de relacionamentos e operacionais, estabelecidos pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, a serem alcançadas pela Companhia, e a cujo alcance está vinculada a bonificação anual dos Diretores:

SA

Programa de Remuneração Variável (RVA) – Metas

Nível	Indicador RVA 2019	Diretoria	Unidade Med	2017	2018	Meta 2019	Peso
Corporativo (Estratégico)	RCA - Retorno s/Capital Ajustado	Administrativa Financeira	%	2,71	6,21	6,21	10%
	OI - Execução do Orçamento de Investimento (exceto instituições financeiras)	Administrativa Financeira	%	7,53	50,0	50,0	10%
	Eficiência Operacional	Administrativa Financeira	%	49,72	45,6	50,0	10%
	Prancha diária de contêineres	Comercial e de Desenvolvimento	Ton/dia	868	890	910	5%
	Tempo médio de estadia – Navios de Contêiner	Comercial e de Desenvolvimento	Dias/ Navio	0,5	0,49	0,4	5%
	Prancha diária na movimentação de Celulose no terminal	Comercial e de Desenvolvimento	Ton/dia	5.870	5.300	5.900	5%
	Movimentação anual de carga nos portos públicos	Comercial e de Desenvolvimento	Mil ton.	11.850	11.200	11.500	5%
	Índice de desenvolvimento ambiental	Diretor Presidente	Nota	4,25	4,5	5	10%
Colegiado (Relacionamentos)	Avaliação da Diretoria Colegiada pelo Conselho de Administração (CGPAR)	-	Nota	8			5%
	Indicador de Conformidade do SEST	-	Nota	446,0	450,0	450,0	5%
Unidade de Negócios (Operacional)	Eficiência Administrativa	Administrativa Financeira	%	15,13	17,5	30,4	10%
	Utilização da capacidade instalada	Infraestrutura Portuária	%	75,96	71,4	80,00	5%
	Manutenção do Calado Operacional	Infraestrutura Portuária	%	100,00	100,00	100,00	5%
	Crescimento da Movimentação por Cabotagem	Comercial e de Desenvolvimento	%	6,0	-9,00	3,0	5%
	Exploração de áreas não afetadas disponíveis	Comercial e de Desenvolvimento	%	4,4	4,4	12,0	5%

O quadro a seguir apresenta, de forma detalhada, a remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais para o período de abril/2019 a março/2020.

COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS REGIME DE CAIXA - PERÍODO DE ABRIL/2019 A MARÇO/2020						
ITENS	TIPO DE CARGO	QTDE DE CARGOS PARA CADA TIPO [a]	VALOR DE UM MÊS DO ITEM DE REMUNERAÇÃO [b]	Nº PAGAMENTOS DO ITEM DE REMUNERAÇÃO [c]	SUBTOTAL POR CARGO (não muda por troca de diretor) d=[bxc]	TOTAL GERAL POR TIPO DE CARGO e = [a x d]
Honorário Fixo - (HF) (Valor fixo)	Presidente	1	19.003,92	12	228.047,04	228.047,04
	Diretor	3	17.886,04	12	214.632,48	643.897,44
Subtotais		4				871.944,48
Honorário Variável Mensal - (HV) (atrelado a metas) se houver	Presidente	1	5.136,19	12	61.634,28	61.634,28
	Diretor	3	4.834,06	12	58.008,72	174.026,16
Subtotais		4				235.660,44
Gratificação de Natalina* (G) (HF+HV)	Presidente	1	24.140,11	1	24.140,11	24.140,11
	Diretor	3	22.720,10	1	22.720,10	68.160,30
Subtotais		4				92.300,41
Gratificação de Férias - (F) 1/3 (HF+HV)	Presidente	1	8.046,70	1	8.046,70	8.046,70
	Diretor	3	7.573,37	1	7.573,37	22.720,10
Subtotais		4				30.766,80
Auxílio Alimentação - (A) (valor fixo)	Presidente	1	895,67	12	10.748,04	10.748,04
	Diretor	3	895,67	12	10.748,04	32.244,12
Subtotais		4				42.992,16
Auxílio Moradia (Dec. 3255/99)	Presidente	1	1.800,00	12	21.600,00	21.600,00
	Diretor	3	1.800,00	12	21.600,00	64.800,00
Subtotais		4				86.400,00
Plano de Saúde - (S) (valor fixo)	Presidente	1	1.111,71	12	13.340,52	13.340,52
	Diretor	3	1.111,71	12	13.340,52	40.021,56
Subtotais		4				53.362,08
Seguro de Vida (valor fixo)	Presidente	1	141,83	12	1.701,96	1.701,96
	Diretor	3	141,83	12	1.701,96	5.105,88
Subtotais		4				

						6.807,84
Previdência Complementar (regra específica)	Diretor	1	1.422,44	13	18.491,72	18.491,72
Subtotais		1				18.491,72
Quarentena (6H)	Presidente	1	19.003,92	6	114.023,52	114.023,52
	Diretor	3	17.886,04	6	107.316,24	321.948,72
Subtotais		4				435.972,24
INSS 20% * (HF+HV+G+(F*1/12)+A+S)	Presidente	1	5.903,60	12	70.843,23	70.843,23
	Diretor	3	5.588,05	12	67.056,54	201.169,62
Subtotais		4				272.012,86
FGTS 8% * (HF+HV+G+(F*1/12)+A+S)	Presidente	1	2.361,44	12	28.337,29	28.337,29
	Diretor	3	2.235,22	12	26.822,62	80.467,85
Subtotais		4				108.805,14
I - TOTAL DA DIRETORIA						2.255.516,18
Honorário CA10% (média H)	Membros	7	2.499,80	12	29.997,63	209.983,43
INSS CA 20% * (H)	Membros	7	499,96	12	5.999,53	41.996,69
II - TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						251.980,12
III - TOTAL DOS ADMINISTRADORES (I+II)						2.507.496,29
Honorário CF 10% (média H)	Membros	4	2.499,80	12	29.997,63	119.990,53
INSS CF 20% * (H)	Membros	4	499,96	12	5.999,53	23.998,11
Previdência CF (regra específica)	Membros	4		12	-	-
IV - TOTAL DO CONSELHO FISCAL						143.988,64
Membros do CoAud 20% (média H)	Membros	3	4.999,61	12	59.995,27	179.985,80
INSS CoAud 20% * (H)	Membros	3	999,92	12	11.999,05	35.997,16
V - TOTAL DO COMITÊ DE AUDITORIA						215.982,96

Salvador, 18 de julho de 2019.